

OS CATÓLICOS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: O CASO DA RÁDIO RENASCENÇA E A LUTA PELA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

*Nelson Ribeiro**

A ocupação da Rádio Renascença por forças de extrema-esquerda após o 11 de Março de 1975 foi um dos eventos mais marcantes na vida da Igreja Católica no período pós-ditadura, trazendo para o centro do debate questões como a liberdade religiosa e a liberdade de informação. Em pleno período revolucionário, o conflito pelo controlo da Emissora Católica ficou marcado por inúmeros avanços e recuos, fruto das lutas de poder que tinham lugar entre os setores mais moderados e os que defendiam a instauração de um regime socialista no país. Neste sentido, se por um lado o “caso da Rádio Renascença” pode ser entendido como uma consequência do desenrolar do processo revolucionário, é também verdade que o conflito que se gerou no interior da emissora da Igreja teve uma influência significativa no rumo que Portugal viria a trilhar após o Verão Quente de 1975. Afinal, muitas das posições públicas assumidas pelo Episcopado durante o PREC tiveram como base ou surgiram a pretexto do caso Rádio Renascença e contribuíram, de forma decisiva, para a politização de importantes segmentos da sociedade que não se identificavam com a ideologia coletivista.

Não obstante a ocupação dos estúdios de Lisboa ter sido o acontecimento que colocou a Rádio Renascença no centro do processo revolucionário, até pelo que representava de desafio à autoridade da Igreja e, como veremos, do próprio Estado, os conflitos no interior da emissora começaram muito antes, logo após o 25 de Abril de 1974. Assim, com o presente capítulo pretendemos analisar as duas fases do caso da Rádio Renascença, ou seja, antes e depois do 11 de Março de 1975. Enquanto

* Professor auxiliar da Universidade Católica Portuguesa.

no mês anterior à derrota das forças do General Spínola eram já visíveis os contornos políticos do diferendo que se havia instalado na estação da Igreja, é a partir desta data que o caso assume uma faceta claramente política, opondo os católicos a grupos que pretendiam erradicar a Igreja da esfera pública, impedindo-a de deter meios de comunicação e reduzindo a sua presença aos espaços de culto religioso.

Para um melhor entendimento do que esteve em causa no caso da Rádio Renascença, é necessário ter presente que, ao contrário do que viria a suceder noutras transições democráticas, nomeadamente em Espanha, em Portugal o fim da ditadura não trouxe consigo uma imediata liberdade de imprensa, na medida em que, além do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) prever a criação de uma “comissão ad hoc” “para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema”,¹ os vários atores políticos acabaram também por criar mecanismos de controlo dos meios de comunicação social (Cádima, 2001; Mesquita, 1988; Oliveira, 1988). Por outro lado, a maioria dos jornais e das estações de rádio passaram a ser detidos pelo Estado, em sequência das nacionalizações ocorridas após o 11 de Março, funcionando como instrumentos de propaganda de diferentes fações políticas, sobretudo do PCP e dos partidos de extrema-esquerda (Seaton e Pimlot, 1983). É neste contexto de controlo dos principais órgãos de informação por setores ideológicos mais distantes da Igreja que proporemos uma leitura do caso da Rádio Renascença e da forma como este contribuiu para a transição democrática.

DO PERÍODO MARCELISTA À AUTOGESTÃO

Durante o marcelismo, a Rádio Renascença havia-se destacado por emitir programas, realizados por produtores independentes, que abordavam temáticas, sobretudo de índole social, que não eram propriamente do agrado do Estado Novo. Tal levaria, aliás, no início da década de 70, à suspensão de alguns desses programas e dos seus locutores, nomeadamente Adelino Gomes e João Paulo Guerra (Ribeiro, 2002). O facto de algumas horas de programação estarem a cargo de produtores com orientações políticas opostas às da ditadura explica também a escolha da Rádio Renascença, e mais concretamente do programa “Limite”, para a

¹ Programa do MFA, A – Medidas Imediatas.

transmissão da senha que viria a pôr em marcha a revolução que colocaria fim ao Estado Novo.

Após a emissão da senha, vinte minutos depois da meia-noite, o dia 25 de Abril foi de uma aparente normalidade na Rádio Renascença já que esta, ao contrário da Emissora Nacional e do Rádio Clube Português, não seria ocupada pelo MFA. No entanto, apesar de a programação desse dia e dos seguintes ter seguido o figurino normal, com o acompanhamento dos principais acontecimentos nos noticiários regulares, a 30 de Abril a Renascença transformou-se no primeiro meio de comunicação a ser palco de uma paralisação quando os noticiaristas da estação, a que se juntariam os operadores de emissão, decidiram entrar em greve. Na base desta tomada de posição esteve uma divergência de fundo com a administração no que referia à cobertura da chegada a Lisboa de Mário Soares e Álvaro Cunhal (Trindade, 1993).

A emissão regular esteve suspensa entre as 19 horas de 30 de Abril e as 2 horas de 1 de Maio, com a estação a emitir apenas música clássica e um comunicado a explicar a situação. Durante a vigência da paralisação, o MFA encetou diversas diligências com o intuito de levar ao retomar das emissões de modo a evitar uma situação de alarme junto da população. A intervenção dos militares era, aliás, algo que se havia tornado frequente nas empresas cuja atividade era alvo de paralisação em sequência de conflitos laborais. Para colocarem um ponto final na greve, os trabalhadores exigiram o afastamento da administração liderada por Monsenhor Sezindo Rosa, o que seria aceite pelo MFA (Santos, 2005).

À semelhança do que sucedia noutros meios de comunicação nos quais as administrações também haviam sido saneadas, casos do Rádio Clube Português e de diversos jornais, a Renascença entrou num período de autogestão, tendo sido nomeados dois funcionários que assumiram transitivamente funções de gestão: o Pe. António Rego (regente de estúdios) e Joaquim Pedro (locutor). Foi igualmente nomeada uma comissão de trabalhadores, com funções deliberativas, composta por dez elementos, entre os quais se incluíam os dois trabalhadores com funções de gestão (Ribeiro, 2002). Os membros da comissão reafirmaram a sua intenção de respeitar os valores da doutrina cristã que haviam enformado a Rádio Renascença desde a sua criação nos anos 30 por Monsenhor Lopes da Cruz.

O período de autogestão esteve longe de ser pacífico. Além dos problemas financeiros, logo no início de Maio tanto o Coordenador de Produção, Albérico Fernandes, como o Chefe dos Serviços Técnicos, Máximo Marques, foram saneados sob a acusação de terem cometido atos de censura durante

o marcelismo, em sequência de diretivas recebidas da então Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Alguns dias mais tarde, o plenário de trabalhadores decidiu igualmente suspender o chefe dos serviços administrativos, Luís Lopes, e a secretária do Conselho de Gerência demissionário, Maria Helena Lopes da Silva, ambos acusados de tentativa de sabotagem. Tratava-se de um saneamento de funcionários comum à época em vários órgãos de informação, nomeadamente na imprensa, mas também na televisão onde o próprio Sindicato dos Jornalistas exigiu o afastamento de todos aqueles que haviam estado comprometidos com o Estado Novo (Cádima, 2001). Na prática, os saneamentos ocorridos na Renascença acabaram por significar o fim da coesão entre os funcionários da estação, alguns dos quais passariam a contestar as decisões tomadas pela comissão de trabalhadores.

Propriedade do Patriarcado e da Conferência Episcopal, a Rádio Renascença estava agora a ser gerida pelos trabalhadores dos estúdios de Lisboa, que acabariam por propor ao Cardeal-Patriarca D. António Ribeiro a assinatura de um protocolo que legitimasse a nova forma de gestão da empresa. Na prática, o protocolo previa que a atividade radiofónica continuasse a ser gerida pelos funcionários que garantiriam a independência da emissora em relação às diferentes forças políticas. Do mesmo modo, a assembleia de trabalhadores ficava obrigada a assegurar que a programação continuaria a ser construída em consonância com a doutrina católica. Ao Patriarca de Lisboa era reservada a incumbência de nomear um sacerdote que teria a seu cargo a programação religiosa e que assumiria igualmente a tarefa de manter a estação dentro da orientação católica, dando parecer sobre as implicações doutrinárias dos assuntos tratados nos programas e nos noticiários (Ribeiro, 2002).

Em termos práticos, a proposta subscrita pelos trabalhadores da atividade radiofónica, e remetida ao Patriarcado a 21 de Maio, previa um modelo de autogestão da empresa que foi rejeitado por um outro grupo de cerca de 30 funcionários, liderados por Albérico Fernandes, que acabariam por propor um protocolo alternativo. Utilizando como argumento o facto de a autogestão não ser legalmente autorizada, este grupo propunha a cogestão da empresa (Ribeiro, 2002). A resposta do Patriarcado a ambas as propostas não foi imediata, tendo existido diversas pressões para que D. António Ribeiro aceitasse o protocolo proposto pelos trabalhadores do setor radiofónico, nomeadamente uma segunda greve que decorreu nos dias 24 e 25 de Maio e que levou à suspensão de todos os programas comerciais.²

² “Rádio Renascença voltou à programação normal”, in *Diário Popular*, 26 Maio 1974.

Na expectativa de que tal trouxesse a paz à estação, o Patriarca de Lisboa acabou por chegar a acordo com os signatários do primeiro protocolo. Contudo, após as negociações que tiveram lugar, o modelo adotado seria o de cogestão que, nas palavras de D. António Ribeiro, garantia aos trabalhadores “uma forma justa de participação na gestão de Rádio Renascença.”³ Parecia estar assim encontrada uma solução para colocar fim ao primeiro diferendo que se havia instalado na emissora e que teve lugar num período em que inúmeros meios de comunicação passaram a ser controlados por plenários de trabalhadores, o que em vários casos implicou o afastamento das administrações e direções (Mesquita, 1996). Seria, aliás, neste período que diversos jornais passariam a ser controlados por elementos próximos ou afetos tanto ao Partido Comunista como a partidos de extrema-esquerda. Enquanto diversos títulos da imprensa assumiram como missão a disseminação de propaganda ideológica, no caso da Rádio Renascença a Igreja parecia confiante de que tal não teria lugar dada a presença de três sacerdotes no interior da estação, um dos quais, o Pe. António Rego, membro do Conselho de Gestão eleito pelos próprios trabalhadores. Aliás, este mesmo sacerdote seria nomeado por D. António Ribeiro, ao abrigo do protocolo assinado com os trabalhadores do setor radiofónico, para assumir as responsabilidades da programação religiosa e do acompanhamento da produção regular das emissões.⁴

UM CONFLITO LABORAL NUM PERÍODO DE EFERVESCÊNCIA IDEOLÓGICA

Não obstante a gestão da emissora estar a cargo dos funcionários, tornava-se urgente a nomeação de administradores no quadro da cogestão que havia sido acordada. Neste sentido, a 9 de Junho, tomou posse o novo Conselho de Gerência da Rádio Renascença composto pelo Cónego Gonçalves Pedro (presidente), pelo Eng^o Fernando Magalhães Crespo e pelo Dr. Luís Torgal Ferreira. Após a nomeação deste órgão, a emissora viveu um período de estabilidade, graças ao espírito de colaboração que imperou entre os Conselhos de Gestão e de Gerência. A boa convivência duraria, contudo, um curto espaço de tempo, tendo terminado com uma

³ Citado em “Rádio Renascença sob vigilância militar”, in *A Capital*, 27 Maio 1974.

⁴ “Conselho de Gestão – Ata número três”, 10 Junho 1974, documento datilografado, Arquivo do Conselho de Gerência Rádio Renascença.

divergência sobre o processo de recrutamento de novos noticiaristas e técnicos que se encontravam em regime de estágio.

O Conselho de Gerência considerava imprescindível que os candidatos realizassem testes psicotécnicos e entrevistas de seleção para que pudessem ser formalmente admitidos, no que pode ser entendido como uma forma de garantir a não seleção de trabalhadores com posicionamentos políticos ou religiosos opostos aos da doutrina da Igreja. Tratava-se, contudo, de uma exigência totalmente rejeitada pelo Conselho de Gestão, o que originou um conflito que se prolongaria por diversos meses. O diferendo foi, inclusive, mediado pelo Ministério do Trabalho mas sem grande sucesso, levando D. António Ribeiro a enviar uma nota ao MFA na qual expressava, de forma inequívoca, a posição da Igreja de que não iria abdicar de ter a última palavra sobre a admissão de novos funcionários na Rádio Renascença. Neste texto, datado de 23 de Setembro, o Patriarca de Lisboa manifestava disponibilidade para retomar do diálogo com os trabalhadores, e prosseguir com o modelo de cogestão, desde que estes respeitassem algumas condições como a “não difusão de notícias, entrevistas, comentários e comunicados tendenciosos, agressivos e até ofensivos da dignidade de pessoas e instituições”, como os que haviam sido divulgados desde 14 de Setembro, “saída imediata e definitiva das instalações da Rádio Renascença, Lda. dos oito elementos que se encontravam em regime experimental [...] [e] desocupação imediata das instalações do Secretariado da Administração, abusivamente utilizadas”.⁵ Esta seria a primeira vez que a Hierarquia da Igreja assumia publicamente que não deixaria de lutar pelo direito de controlar os meios de comunicação de que era proprietária: um direito não reconhecido pelos setores da extrema-esquerda. Esta mesma exigência acabaria por ser reforçada pelo Conselho Permanente da Conferência Episcopal que sublinhou as características peculiares da Emissora Católica que deveria manter “uma compreensível atitude de reserva relativamente às correntes e posições ideológicas contrárias aos ensinamentos da Igreja”.⁶

A conflitualidade subiria de tom após a recusa pelos trabalhadores de um projeto de gestão participada proposto em Janeiro de 1975 pelo Conselho de Gerência (Crespo, 2011). Em sequência dessa recusa, foi anunciada uma nova greve, o que levou a Conferência Episcopal a alterar

⁵ “Comunicado do Patriarcado de Lisboa”, in Caldas, 1999: 117-118.

⁶ “Nota sobre a Situação na Rádio Renascença”, 27 Setembro 1974, in Conferência Episcopal Portuguesa, 1978: 335.

a sua postura perante o caso da Emissora Católica. Numa nota publicada a 12 de Fevereiro, os bispos consideraram, pela primeira vez, que a Rádio Renascença vivia, não um conflito laboral, mas sim um conflito de índole político, sublinhando que a Igreja havia perdido a “possibilidade de orientar doutrinariamente a Emissora, que, com justificado escândalo dos cristãos, se [havia] transform[ado] num órgão de informação ao serviço de doutrinas opostas à fé cristã e de repetidos ataques à própria Igreja” (Conferência Episcopal Portuguesa, 1978: 158).

A greve dos trabalhadores do sector radiofónico dos estúdios de Lisboa, iniciada a 19 de Fevereiro, contou com o apoio do COPCON, o braço armado do MFA (que enviou uma força militar para proteger as instalações na Rua Capelo), de partidos políticos de extrema-esquerda, de organizações sindicais e de órgãos de comunicação social controlados por elementos pró-comunistas ou de extrema-esquerda, nomeadamente o RCP, a RTP e *O Século* (cujo novo diretor, de tendência comunista, havia sido eleito nesse mesmo mês em plenário de trabalhadores) (Mesquita, 1988). A emissão foi encerrada com a transmissão de “Grândola, Vila Morena” que foi precedida da leitura de um “manifesto ao povo português” no qual os trabalhadores expressavam a sua determinação em prosseguir com a luta contra os proprietários da estação.

Durante esta greve, tanto os funcionários da Renascença no Porto, bem como os do setor administrativo em Lisboa acabariam por se desvincular das reivindicações dos grevistas do setor radiofónico. Em sequência desta cisão entre os trabalhadores e, sobretudo, após a saída dos sacerdotes que exerciam a sua atividade na estação, a situação caminharia rapidamente para se transformar numa luta ideológica pelo controlo da estação. As próprias reivindicações dos trabalhadores deixariam de se centrar na admissão dos estagiários, que o Conselho de Gerência se recusava a contratar sem a realização de testes psicotécnicos, para ter como foco questões claramente políticas, como a justiça nas relações sociais entre patronato e trabalhadores, o que permitiu aos grevistas conquistar apoios diversificados em diversos sectores à esquerda do Partido Comunista (Santos, 2014).

O conflito havia então adquirido uma dimensão política e pública indiscutível que não agradava ao III Governo Provisório, de tendência comunista, tendo este procurado uma solução de compromisso que resultasse num regresso às emissões regulares e que evitasse uma cisão entre o Estado e a Igreja: algo que preocupava o próprio PCP. No entanto, e não obstante as tentativas governamentais para pôr cobro ao impasse

criado na Emissora Católica, a estação acabou por ficar encerrada até 11 de Março, data em que os trabalhadores em greve resolveram retomar a atividade manifestando o seu apoio a Vasco Gonçalves e colaborando na “luta da Informação contra a tentativa reacionária dos spinolistas”, como seria descrito pelo *O Jornal*.⁷ Aliás, em sequência do golpe de 11 de Março, o emissor de Onda Média (OM) do RCP havia sido sabotado, o que levou os trabalhadores da Renascença a considerarem urgente que a estação voltasse a emitir para que a informação sobre o golpe pudesse chegar à maioria dos portugueses.

A OCUPAÇÃO DOS ESTÚDIOS DE LISBOA

Em pleno rescaldo do 11 de Março, o fim da greve decidido com o intuito de apoiar Vasco Gonçalves não trouxe o final do conflito entre os trabalhadores do sector radiofónico e o Conselho de Gerência da empresa. Sob os protestos do Episcopado, o IV Governo Provisório decidiu nomear uma Comissão Mista para gerir a estação, competindo-lhe igualmente assegurar o cumprimento da linha de orientação ideológica específica da Renascença.⁸

Nesta fase, o governo hesitou bastante entre nacionalizar a estação ou entregá-la à Igreja. Temendo que a opção acabasse por ser a segunda, a 27 de Maio um grupo de 19 trabalhadores do sector radiofónico dos estúdios de Lisboa decidiu radicalizar a luta, ocupando os estúdios na Rua Capelo e o Centro Emissor da Buraca. Todos os funcionários que não concordaram com esta forma de luta (cerca de 80) foram proibidos de entrar nas instalações, tendo a estação passado a ser dirigida pelos ocupantes, apoiados por organizações partidárias e sindicais. Seria também nesta data que a Rádio Renascença deixaria cair a designação de Emissora Católica (Ferreira e Rezola, 1994) para se apresentar como uma estação ao serviço dos ideais revolucionários e da luta de classes.

Além da maioria dos trabalhadores de Lisboa, também os funcionários dos estúdios do Porto se desvincularam desta ocupação, tendo mesmo decidido suspender a ligação aos estúdios da Rua Capelo. Desta forma, os emissores do Norte e do Centro do país passaram a transmitir

⁷ “Rádio Renascença – Anúncio de sabão para escanhoar a reacção”, *O Jornal*, 29 Maio 1975.

⁸ “Despacho Ministerial”, in *Diário da República*, II Série, 31 Março 1975.

uma programação totalmente independente daquela que era produzida na capital. Embora nos últimos meses já fosse evidente uma politização do conflito laboral existente na estação, a partir desta data deixa de ser possível falar de um diferendo entre os trabalhadores e o Conselho de Gerência na medida em que a maioria dos funcionários não concorda nem apoia a ocupação levada a cabo por um grupo de 19 trabalhadores.

O caso acabaria por ter uma grande cobertura na imprensa. Os vários jornais, consoante a sua orientação ideológica, apoiavam ora os trabalhadores ocupantes, ora o Conselho de Gerência, sendo a situação vivida na Rádio Renascença descrita como uma luta de trabalhadores contra uma administração fascista ou como uma ocupação ilegal levada a cabo por uma minoria de trabalhadores. A imprensa europeia deu também destaque a este caso que motivou a preocupação de organismos internacionais, nomeadamente do Instituto Internacional de Imprensa, cujo diretor, Ernest Meyer, telefonou ao Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, “protestando contra a ação dos trabalhadores numa estação de rádio administrada pela igreja católica.”⁹ Também a esquerda moderada portuguesa manifestou grande preocupação com este caso pelo potencial que poderia ter de suscitar uma rutura entre a Igreja e o Estado. Aliás, o próprio Conselho de Gerência alertou para esta possibilidade numa conferência de imprensa realizada a 8 de Junho.¹⁰

Para o aumento da tensão contribuiu de forma decisiva o conteúdo das emissões produzidas nos estúdios de Lisboa que passaram a ser preenchidas sobretudo por música revolucionária, notícias e comunicados referentes aos então criados conselhos revolucionários dos soldados, trabalhadores e marinheiros. Era igualmente dado grande destaque às atividades do COPCON e ao caso do jornal *República*, que se encontrava suspenso após a ocupação das instalações pelos trabalhadores do setor gráfico afetos ao PCP em luta contra a direção e a redação socialista (Figueira, 2014). A título ilustrativo da linguagem utilizada nas emissões da Renascença, a 14 de Junho, Otelio Saraiva de Carvalho concedeu uma célebre e esclarecedora entrevista à estação, na qual sublinhou os benefícios da revolução e lamentou que não tivesse sido aplicada uma solução radical a todos os que se opunham ao processo revolucionário: “Eu, às

⁹ “A liberdade de expressão na Rádio Renascença – pediu a Vasco Gonçalves o Instituto Internacional de Imprensa”, in *Diário de Notícias*, 03 Junho 1975.

¹⁰ Citado em “O problema da Rádio Renascença poderá atingir um ponto de rutura entre a Igreja e o Estado”, in *Diário de Notícias*, 09 Junho 1975.

vezes, chego a pensar que a nossa inexperiência revolucionária, enfim, teria sido melhor se, em Abril de 74 encostássemos à parede ou mandássemos para o Campo Pequeno, umas centenas ou uns milhares de contrarrevolucionários; eliminando-os, à nascença.”¹¹ Nesta mesma data, uma nota pastoral dos Bispos portugueses, além de criticar os saneamentos e as prisões arbitrárias que então estavam a ter lugar, condenou a informação monolítica considerando que os poucos meios de comunicação independentes estavam a ser lentamente dominados por forças políticas “com especiosos pretextos laborais ou de existência de conflitos internos” (Conferência Episcopal Portuguesa, 1978: 189).

MANIFESTAÇÕES FRENTE AO PATRIARCADO DE LISBOA

Um dos episódios mais emblemáticos do denominado caso da Rádio Renascença teve lugar a 18 de Junho, data para a qual diversos sindicatos dos setores da informação e das telecomunicações convocaram uma manifestação de apoio aos trabalhadores ocupantes, a ter lugar frente ao Patriarcado, no Campo de Santana, em Lisboa. Ao protesto aderiram diversas forças políticas, com destaque para a UDP (União Democrática Popular), MES (Movimento de Esquerda Socialista) ORPCML (Organização para a Reconstrução do Partido Comunista Marxista Leninista) e AEPPA (Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas) (Emissão RR, in Ribeiro, 2002). O jornal *Tempo* refere igualmente a presença, na manifestação, de vários elementos com braçadeiras do MDP/CDE (Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral), do PCP e da FSP (Frente Socialista Popular), que levavam “uma grande bandeira vermelha.”¹² No entanto, além de não termos encontrado qualquer evidência de que estas forças políticas tivessem incitado à participação dos seus militantes, o PCP chegou mesmo a condenar a manifestação pois a sua estratégia nunca passou por um ataque direto à Igreja.

A manifestação, apresentada como um protesto contra a entidade eclesiástica, foi amplamente promovida pela Rádio Renascença e por todos os meios de comunicação dominados por fações ideológicas de

¹¹ Entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho citada em “Enfim, teria sido melhor se em Abril de 74 encostássemos à parede centenas ou milhares de contra-revolucionários – afirmou o general Otelo Saraiva de Carvalho”, in *O Primeiro de Janeiro*, 15 Janeiro 1975.

¹² “A noite mais longa para 800 cristãos”, in *Tempo*, 26 Junho 1975.

extrema-esquerda. Na emissão da Renascença de Lisboa foram lidos inúmeros comunicados de diversas organizações políticas e sindicais de apoio à ocupação e que terminavam com palavras de ordem como “Viva a luta dos trabalhadores da Rádio Renascença”, “Fora o Patriarcado reacionário”, “Guerra total à fera fascista”, “Fascistas para o Campo Pequeno”, entre outros. A leitura destes comunicados era intercalada com chamadas telefónicas de ouvintes apoiando a luta dos ocupantes e criticando, em tom ofensivo, a Igreja de Lisboa (Ribeiro, 2002).

A resposta dos católicos surgiu sob a forma de uma contramanifestação. Durante uma reunião dos párocos da capital, o Conselho de Gerência da Rádio Renascença solicitou aos sacerdotes que reunissem os fiéis e assim expressassem o seu apoio ao Patriarca e à Emissora Católica. Apesar de alguns párocos terem receado aceitar o desafio, a maioria respondeu de forma positiva, tendo-se procedido à distribuição de panfletos pela cidade nos quais se apelava à participação dos católicos (Emissão RR, in Ribeiro, 2002). Os dois grupos acabariam por se concentrar frente ao Patriarcado, onde se registaram confrontos com arremesso de pedras, levando cerca de um milhar de católicos, incluindo cerca de 38 feridos, a refugiarem-se no interior do Patriarcado, onde D. António Ribeiro dirigiu pessoalmente as operações de evacuação. Tal envolveu uma longa negociação com o COPCON sobre a possibilidade de os católicos serem retirados em veículos cobertos e sem que tivessem de ser submetidos a identificação prévia por parte das forças militares (Ribeiro, 2002).

Durante as negociações, no exterior do Patriarcado as palavras de ordem haviam passado a ser: “Morte à canalha” e “Poder a quem trabalha”, entre outros. Nesta ocasião, o Cardeal “terá recebido um telefonema pessoal de Mário Soares, disposto a apoiar o Patriarcado, e a enviar militantes socialistas para o Campo de Santana” (Santos e Saavedra, 1996: 29). O PS, à época também envolvido numa luta contra o PCP e a extrema-esquerda pelo controlo do jornal *República*, manifestou desta forma a sua solidariedade para com o Episcopado, considerando que a liberdade religiosa não se limitava à liberdade de culto, mas implicava necessariamente “o direito de a Igreja utilizar os meios de comunicação social (Rádio, Imprensa, etc.) para os fins que lhe são próprios.”¹³ O PPD, o CDS e o Partido da Democracia Cristã (PDC) tomariam posições idênticas, condenando a violência de que haviam sido alvo os católicos, bem

¹³ Citado em “Onze horas de luta pela R.R. – Contramanifestantes retirados em camiões militares”, in *A Capital*, 19 Junho 1975.

como a agressão que sofreram no direito que lhes assistia de expressarem publicamente as suas opiniões e convicções.

Num tom diferente pronunciaram-se o PCP, a UDP, a LUAR (Liga de União e Ação Revolucionária) e o Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão da Intersindical, que consideraram esta questão como sendo meramente do foro laboral, desprovida de qualquer carácter ideológico ou religioso. Ainda assim, o Partido Comunista criticou a manifestação por considerar que esta, além de não resolver os problemas dos trabalhadores, apenas beneficiava “a reação”. Nesta mesma ocasião, a direção do PCP, que sempre havia temido a reedição de uma “questão religiosa” no país, deixou claro ser defensora da liberdade religiosa, condenando “todos os atos e atitudes que representem uma ofensa aos sentimentos religiosos”.¹⁴

Os incidentes no Campo de Santana, além de terem acelerado a crise do IV Governo Provisório, contribuíram para uma maior unidade dos católicos. Se é verdade que anteriormente alguns movimentos, como a Liga Operária Católica (LOC), a Juventude Operária Católica (JOC) e os Cristãos pelo Socialismo (CPS) haviam manifestado o seu apoio aos trabalhadores em greve, após o 11 de Março e sobretudo após a manifestação frente ao Patriarcado, a contestação interna¹⁵ às posições da Hierarquia acabaria por ficar reduzida ao movimento CPS, que havia surgido como grupo de apoio à revolução de Salvador Allende no Chile. Tratava-se de um movimento com fortes convicções ideológicas e que, desde a sua instalação em Portugal no pós-25 de Abril, havia sempre almejado participar ativamente na luta de classes (Matos, 2001). A expressão deste movimento era diminuta no país tendo o mesmo merecido a reprovação de D. António Ribeiro que, em Fevereiro de 1975, em entrevista ao

¹⁴ Citado em “Rádio Renascença – os Bispos portugueses desejam desempenhar o papel de mártires”, in *O Século*, 26 Junho 1975.

¹⁵ A divergência de diversos grupos católicos minoritários em relação à posição oficial do Episcopado tem de ser entendida no contexto mais vasto do descontentamento existente em diversos setores no interior da própria Igreja e que tinha por base razões eclesiais e políticas. Se, por um lado, os grupos mais progressistas criticavam a lentidão da Igreja portuguesa na aplicação das determinações do Concílio Vaticano II, a posição assumida pelos Bispos, nos últimos anos do Estado Novo, em relação à própria ditadura e à sua política colonial, merecia igualmente críticas, tendo inclusive sido realizadas assembleias livres de cristãos nas quais foram discutidas propostas de condenação do que se dizia ser o conluio que existia entre a Igreja e o anterior regime (AA.VV, 1977; Cruz, 1996-97; Matos, 2001; Santos, 2005).

L'Figaro, lamentou que o CPS estivesse separado do pulsar da maioria dos fiéis num momento em que se assistia a uma renovação da Igreja.¹⁶ Do mesmo modo, também D. António Ferreira Gomes considerou o movimento como uma “Igreja paralela” que não defendia nem a liberdade, nem a democracia.¹⁷

Após o que parecia ser um atentado à liberdade religiosa e ao direito de a Igreja gerir os seus meios de comunicação, o Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Jean Villot, enviou uma mensagem a D. António Ribeiro na qual manifestou a preocupação da Santa Sé com a situação que se vivia em Portugal.¹⁸ Também o Conselho Permanente do Episcopado considerou o protesto ocorrido no Campo de Santana como um atentado contra a liberdade do Povo e da Igreja Católica.

Tentando evitar uma escalada do conflito, o governo de Vasco Gonçalves dissolveu a Comissão Mista que geria a estação e aprovou a devolução da Rádio Renascença ao Episcopado. A decisão foi comunicada aos ocupantes a 1 de Julho. Estes, além de se terem recusado a abandonar os estúdios, colocaram no ar uma emissão na qual o governo e a Igreja eram fortemente criticados e insultados. Diversas forças políticas, entre as quais o Comité Marxista Leninista Português (CMLP), o Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias (PRP-BR), a Frente Eleitoral dos Comunistas (FEC), o MES, a Liga Comunista Internacionalista (LCI), a LUAR e a UDP apelaram aos seus militantes para que se concentrassem frente aos estúdios. A concentração juntou, desta forma, diversos partidos de extrema-esquerda que gritavam palavras de ordem como: “Abaixo o Patriarcado Reacionário”, “Fora com a Canalha, Poder a quem Trabalha [...] “Vigilantes, Camaradas, Lutemos Contra o Fascismo e seus Encobridores” e “Morte ao Fascismo e à Pide”.¹⁹

Além desta mobilização, os ocupantes contavam igualmente com o apoio de Otelo Saraiva de Carvalho e dos oficiais do COPCON, a quem competia cumprir a ordem de devolução da emissora aos proprietários. Discordando da decisão do governo, optaram por não a executar, tal como, aliás, não haviam procedido à entrega do jornal *República* à reda-

¹⁶ “Discutida entrevista do Patriarca de Lisboa”, in *Expresso*, 12 Abril 1975.

¹⁷ António Ferreira Gomes, “Cristãos pelo Socialismo”, *Voz Portucalense*, 29 Março 1975, in AA.VV, 1976.

¹⁸ Citado em “Comunicados sobre manifestação dominam conflito na Renascença”, in *A Capital*, 23 Junho 1975.

¹⁹ “Manifestantes apoiam os trabalhadores da R.R.”, in *Expresso*, 02 Julho 1975.

ção e à direção de tendência socialista (Pinheiro, 1999). Estas tomadas de posição levaram o próprio General Gomes da Costa a assumir posteriormente que, neste período, nem o governo nem o Chefe de Estado tinham força para fazer cumprir as suas decisões (Gomes, 1979). Por outro lado, em sequência dos protestos frente aos estúdios da Rádio Renascença, o próprio Conselho da Revolução revogou a decisão do governo, o que levou Vasco Gonçalves a pedir a demissão da qual foi dissuadido pelos seus colaboradores (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976).

A MOBILIZAÇÃO DOS CATÓLICOS NO VERÃO QUENTE

O caso da Rádio Renascença havia-se radicalizado de tal forma que o número de trabalhadores ocupantes foi diminuindo ao longo do tempo com a saída de alguns elementos em rutura com o rumo dos acontecimentos. Como consequência, o grupo que ocupava os estúdios ficou reduzido a elementos pertencentes à extrema-esquerda,²⁰ que utilizavam a Rádio Renascença para criticar a Igreja e todos aqueles que não concordavam com a sua orientação ideológica dita “revolucionária”.

Foi neste clima de enorme crispação política que o Episcopado sentiu a necessidade de mobilizar os crentes para defender a devolução da Rádio Renascença às autoridades eclesiásticas, o que na prática se traduziu numa luta por uma sociedade democrática, que respeitasse as liberdades individuais e a liberdade religiosa. Nos meses de Julho e Agosto centenas de milhar de católicos saíam à rua em oito cidades do Norte e Centro do país, exigindo que a Rádio Renascença fosse devolvida à Igreja e manifestando a sua recusa para com o caminho que o país então percorria em direção a um regime coletivista. Ao longo de oito semanas, estes protestos, que contaram com a participação dos respetivos bispos diocesanos, acabariam por contribuir para o aparecimento de sentimentos anticomunistas no seio de sectores maioritários da sociedade portuguesa.

Ignoradas pela RTP, e reduzidas pela imprensa lisboeta, nomeadamente pelo *Diário de Notícias* e *O Século*, a pequenas manifestações reacionárias, os protestos pelo direito de a Igreja retomar o controlo da sua estação de rádio deram um contributo inestimável para colocar a população, maioritariamente camponesa, e enquadrada pela Igreja Católica, em confronto com as ideologias políticas que fervilhavam em Lisboa, e que

²⁰ Depoimento de João Alferes Gonçalves, em 18 Junho 1999.

ignoravam por completo os sentimentos católicos enraizados na maioria da sociedade portuguesa. Eram estas mesmas pessoas que viam na Emissora Católica um símbolo da ocupação levada a cabo por movimentos políticos que ignoravam as ambições e as convicções do país real a quem o projeto coletivista não seduzia. Além de terem sido as primeiras manifestações de massas que se realizaram contra o processo revolucionário em curso, haveriam também de estar na base de outras manifestações contra o V Governo Provisório, nomeadamente a que foi organizada, em Lisboa, por Mário Soares, a 19 de Julho. O líder do PS, além de defender a causa da devolução da Rádio Renascença à Igreja acabaria por estabelecer um paralelo entre a ocupação da emissora e o jornal *República*, considerando que em ambos os casos se estava perante um assalto à liberdade de imprensa levado a cabo por setores extremistas.

Após estas manifestações, a continuação da ocupação da Renascença gerou grande incómodo aos vários governos provisórios que se foram sucedendo. A 30 de Setembro, o executivo, então liderado por Pinheiro de Azevedo, vendo-se confrontado com a impossibilidade de conseguir a desocupação dos estúdios, pela desobediência declarada do COPCON, acabaria por ordenar a paragem dos emissores da Renascença na Buraca. Perante a dificuldade de manter forças militares no local, os emissores acabariam por ser selados a 15 de Outubro. Contudo, esta solução também não colocaria fim ao caso da Rádio Renascença já que dois dias depois teve lugar junto aos emissores uma manifestação convocada por 70 comissões de trabalhadores, moradores e soldados,²¹ com o apoio de várias organizações políticas e sindicais. “A Rádio é do Povo, não é do Capital” e “Rádio Renascença a funcionar já” foram os *slogans* do protesto que terminou com a desselagem dos emissores numa clara afronta ao poder do governo. A estação voltaria então a emitir e a funcionar como porta-voz oficial da esquerda “revolucionária”. Perante a incapacidade de ver cumpridas as suas ordens, o Conselho de Ministros e o Conselho da Revolução, reunidos a 6 de Novembro, optaram por uma solução drástica para silenciar a estação, ordenando a colocação de explosivos nos emissores da Buraca, o que veio a ocorrer no dia seguinte. Seria esta solução, o bombardeamento dos emissores, que conduziria à desocupação dos estúdios de Lisboa, colocando um fim no caso da Rádio Renascença.

²¹ “Rádio Renascença já funciona – Milhares de manifestantes apoiam desselagem do emissor da Buraca”, in *A Capital*, 22 Outubro 1975.

A emissora acabaria por ser devolvida à Igreja após o 25 de Novembro, já depois de ter sido estabelecido que não seria incluída no decreto de nacionalização das estações de rádio que viria a ser aprovado a 2 de Dezembro. As emissões seriam então retomadas em Janeiro de 1976, tendo a Rádio Renascença permanecido durante cerca de uma década e meia como um dos poucos meios de comunicação não controlados pelo Estado num período crucial para a normalização democrática em Portugal.

CONCLUSÃO

As contradições dos diversos governos provisórios e do Conselho da Revolução em relação ao caso da Rádio Renascença levaram a que, após a ocupação de Maio de 1975, o caso da Emissora Católica assumisse uma dimensão política indiscutível e tivesse contribuído para a mobilização, por parte da Igreja, de importantes setores da sociedade portuguesa, que até então haviam estado bastante alheados do caminho percorrido durante o processo revolucionário. Ao transformar-se num símbolo da usurpação dos direitos da Igreja por forças políticas que visavam o seu silenciamento na esfera pública, a Rádio Renascença motivou pronunciamentos claros do Episcopado contra a tomada dos órgãos de informação por forças radicais, o que acabaria por ter uma influência muito significativa no confronto que haveria ter lugar no Verão Quente entre as forças moderadas e os partidos da extrema-esquerda. Tal como reconhecido pelo próprio Mário Soares, o caso da Rádio Renascença deu um importante contributo para o florescimento de um sentimento anti- extremista e pró-democrático na sociedade portuguesa (Soares, 1976). Após a manifestação frente ao Patriarcado de Lisboa, em Junho de 1975, centenas de milhares de católicos saíam à rua, em Julho e Agosto, para defender, mais do que a devolução da Rádio Renascença à Igreja, a liberdade religiosa e a instauração de uma democracia plural.

A mobilização católica em redor do caso Rádio Renascença, e em luta pela presença da Igreja no espaço público, acabaria por dar um contributo para o próprio 25 de Novembro e para a vitória das forças pró-democráticas. Já no que concerne à liberdade de informação, os acontecimentos ocorridos durante o verão quente acabariam por permitir à Igreja continuar na posse de um meio de comunicação que se veio a assumir como uma das poucas vozes independentes do Estado na medida em que o avançar do processo revolucionário havia trazido a nacionaliza-

ção da maioria dos jornais e emissoras radiofónicas. Tal levou a Emissora Católica a desempenhar um papel de relevo na sociedade portuguesa até ao início dos anos 90 quando, em sequência da adesão à então Comunidade Económica Europeia, o governo, então liderado por Aníbal Cavaco Silva, se viu obrigado a privatizar jornais e estações de rádio, bem como a abrir o mercado televisivo à iniciativa privada. Na prática, entre 1976 e os primeiros anos da década de 90, a Rádio Renascença assumiu um papel de destaque no panorama dos meios de comunicação social em Portugal, sendo, aliás, líder de audiências em todo este longo período, e funcionando como a voz oficiosa da Igreja, permitindo aos católicos manter uma presença bastante visível no debate público nos anos de normalização democrática.

O caso da Rádio Renascença é ilustrativo da posição que a Igreja Católica assumiu no período revolucionário em que, apesar de alguma contestação interna verificada após a queda da ditadura, foi capaz de se mobilizar e unir para defender os valores democráticos, a liberdade de informação e a liberdade religiosa. Se, por um lado, isso permitiu à Hierarquia reforçar a sua própria autoridade, não menos importante foi o facto de os católicos se terem assumido como uma das forças que contribuiu para a democratização do país, recusando uma informação monolítica e a redução da presença da Igreja à esfera estritamente cultural.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1976). *Os Bispos e a Revolução de Abril*. Lisboa: ISPAGAL.
- AA.VV. (1977). *Textos Cristãos. 25 Abril – Novembro 25*. Lisboa: Ulmeiro.
- Cádima, Francisco Rui (2001). “Os ‘Media’ na Revolução (1974-1976)”. In Brito, J.M. Brandão de (coord.), *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 321-358.
- Caldas, Adriano Pereira (1999). *Para a História da Rádio Renascença (1974-1975)*. Lisboa: Grifo.
- Conferência Episcopal Portuguesa (1978). *Documentos Pastorais 1967 – 1977*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Crespo, Fernando Magalhães (2011). *Os Meus 31 Anos na Rádio Renascença*. Cascais: Príncipeia.
- Cruz, Manuel Braga da (1996-97). “A Igreja na Transição Democrática Portuguesa”, *Lusitânia Sacra*, 8/9: 519-536.
- Cunhal, Álvaro (1976). *A Revolução Portuguesa – O Passado e o Futuro*. Lisboa: Edições Avante.

- Ferreira, José Medeiros e Rezola, Maria Inácia (1994). “Igreja, Política e Religião”. In José Mattoso (org.), *História de Portugal*, vol. VIII. Lisboa, Editorial Estampa, pp. 260 – 271.
- Figueira, João (2014). “Caso *República*. A Morte de um Jornal Cansado de Lutar”. In Maria Inácia Rezola e Pedro Marques Gomes (coord.), *A Revolução nos Média*. Lisboa: Tinta da China, pp. 53-78.
- Gomes, Costa (1979). *Sobre Portugal – Diálogos com Alexandre Manuel*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Gomes, Pedro Marques (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias*. Lisboa: Alêtheia.
- Matos, Luís Salgado de (2001). “A Igreja na Revolução em Portugal (1974-1982)”. In J.M. Brandão de Brito (coord.), *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 63-131.
- Mesquita, Mário (1998). “Estratégias Liberais e Dirigistas na Comunicação Social de 1974--1975: da Comissão *Ad Hoc* à Lei de Imprensa”, *Revista de Comunicação e Linguagens* 8: 85-113.
- (1996). “Os Meios de Comunicação”. In António Reis (org.), *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- Oliveira, José Manuel Paquete de (1988). *Formas de Censura Oculta na Imprensa Escrita em Portugal no Pós-25 de Abril (1974-1987)*. Lisboa: ISCTE, tese de doutoramento.
- Pinheiro, Vaza (1999). *579 – Quinzentos e Setenta e Nove Dias de Revolução*. Porto: Campo das Letras.
- Ribeiro, Nelson (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Rodrigues, Avelino; Borge, Cesário e Cardoso, Mário (1976). *Portugal depois de Abril*, Lisboa: s.e.
- Santos, Paula Borges (2014). “A Revolução e o Conflito em Torno das Rádio Renascença: a Emissora Católica na Definição Política do Novo Regime (1974-1975)”. In Maria Inácia Rezola e Pedro Marques Gomes (coord.), *A Revolução nos Média*. Lisboa: Tinta da China, pp. 113-135.
- (2005). *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975. O Caso Rádio Renascença*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Santos, José António e Saavedra, Ricardo de (1996). *António Ribeiro – Patriarca de Lisboa*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Seaton, Jean e Pimlot, Bem (1983). “The Portuguese Media in Transition”. In Kenneth Maxwell (ed.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Westport: Greenwood Press, pp. 93-116.
- Soares, Mário (1976). *Portugal: Que Revolução? – Diálogo com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Trindade, Manuel de Almeida (1993). *Memórias de um Bispo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.